



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais

Indústria de desinformação e produção de subjetividades sitiadas

Franciani Bernardes¹

Gustavo Moura de C. Mello²

Resumo: O artigo objetiva fornecer elementos para a compreensão dos nexos existentes entre as novas tecnologias de comunicação e informação e a conformação de um sistema de desinformação, no qual se destacam redes e plataformas sociais digitais. Busca-se refletir criticamente sobre alguns dos impactos do referido sistema sobre os processos contemporâneos de subjetivação e de socialização, em particular as dinâmicas de massificação social e de estabelecimento de relações imunitárias contra as formas de alteridade, dinâmicas essas que têm sido mobilizadas em favor de projetos políticos de cunho extremista e autoritário, imbricados com estratégias de “monetização” por parte de “empreendedores digitais”.

Palavras-chave: desinformação; fake news; ficção; massificação.

Disinformation industry and the production of besieged subjectivities

Abstract: The article aims to provide support for understanding the links between new communication and information technologies and the formation of a disinformation system, in which digital social networks and platforms stand out. Above all, it seeks to critically reflect on some of the impacts of this system on contemporary processes of subjectivation and socialization, in particular the dynamics of social massification and the establishment of immune relations against forms of otherness, dynamics that have been mobilized in favor of extremist and authoritarian political projects, intertwined with “monetization” strategies by “digital entrepreneurs”.

Keywords: disinformation; fake news; fiction; massification.

1 Introdução

O cenário contemporâneo da desinformação, intensificado pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação e pela disseminação massiva de plataformas e redes sociais digitais, tem produzido uma série de impactos em múltiplas esferas da vida social. Esses efeitos têm se manifestado desde as dinâmicas de governança política em escala global até as formas de interação entre indivíduos e os processos de construção da subjetividade. De modo geral, uma ampla adesão à desinformação – tais como notícias falsas, narrativas fictícias e teorias conspiratórias, produzidas e circuladas em cenário

¹ Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidad San Pablo-CEU, professora de comunicação da rede estadual do Espírito Santo. Email: franbernardess@gmail.com

² Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) Email: gusmcmello@yahoo.com.br

global — tem sido associada a diversos fatores, entre os quais se destacam: baixo nível educacional, desconfiança em instituições, identificação com determinados grupos e contextos de polarização, bem como limitações na alfabetização midiática, entre outros.

Alguns episódios recentes ilustram os desdobramentos concretos desse fenômeno. A nível de exemplo, cabe mencionar a enxurrada de desinformação sem precedentes que circulou durante a pandemia da COVID-19, desde a crença em curas milagrosas até a rejeição a medidas de distanciamento social sob argumentos como o do “direito a se infectar”. Outro exemplo emblemático foi a invasão do Capitólio, em janeiro de 2021, após alegações infundadas de fraude eleitoral por Donald Trump, motivando apoiadores a tentar impedir a certificação da vitória de Joe Biden. Episódio semelhante ocorreu no Brasil, em 2023, quando apoiadores de Jair Bolsonaro invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, contestando o resultado das eleições de 2022 e defendendo a intervenção militar para reverter a vitória de Lula.

Nesse contexto, o presente artigo busca analisar os fundamentos sociais do fenômeno da desinformação, com especial atenção ao funcionamento das plataformas e redes sociais digitais e seus desdobramentos. O texto está organizado em duas seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira discute as origens da atual indústria da desinformação na mídia tradicional, considerando sua evolução, especificidades e tendências recentes. A segunda examina os impactos das novas tecnologias de comunicação nos processos de subjetivação e nas formas de sociabilidade, destacando as relações de alteridade e estabelecendo, com base em Wisnik (2018), uma comparação entre a ficcionalização artística e a produção de desinformação. Por fim, a conclusão ressalta o papel das redes sociais na intensificação da massificação social, especialmente em suas dimensões psicológicas e políticas.

Breve caracterização da indústria da desinformação

Dado seu incontestável poder, a mídia sempre representou uma das instituições mais eficazes no que se refere à disseminação de ideias em relação a grupos estrategicamente reprodutores de opinião. Atualmente, consolida-se como um novo sistema desinformativo, que tem criado mecanismos de produção e circulação da informação em tal escala, volume e velocidade, e com recursos tecnológicos tão inovadores, como o vasto uso de bots (abreviatura de “robôs”) automatizados e a

chamada deep fake, para citar apenas dois, que em muitos casos se torna virtualmente impossível distinguir o que é real do que não é (Ramonet, 2022).

Da perspectiva dos meios de comunicação convencionais, esses fenômenos se afiguram desafiadores. Afinal, desde os seus primórdios, a imprensa sempre se arvorou o papel do cânone moral: o de prover informação de interesse público, baseada na tríade da verdade, imparcialidade e transparência. Nesse sentido, os meios de comunicação seriam baluartes e arrimos da democracia, produzindo e fazendo circular informações de interesse público que com frequência seriam sonegadas por agentes privados e pelo próprio Estado (Lippmann, 2008).

Ocorre que, por um lado, a prática jornalística engendra um modo de representação da realidade, ao nela realizar recortes de modo a produzir, sob um conjunto de critérios determinados, informações que interessa transmitir ao público leitor ou expectador, retirando-as de seu contexto original e inserindo-as em um novo contexto, aquele criado pelos próprios meios de comunicação. Nesse sentido, o componente ficcional do jornalismo é iniludível, porém frequentemente escamoteado e ignorado.

Por outro lado, em um mundo marcado por profundas clivagens sociais e por uma atroz concorrência pela apropriação da riqueza social, a postulação de uma identidade entre notícias midiáticas e verdade objetiva, bem como a pretensão de se consolidar um sistema informativo de acesso universal soam utópicas. Ao contrário, desde seus primórdios as notícias foram mercantilizadas e a busca por se moldar opiniões e por condicionar comportamentos se tornou elemento chave da disputa por poder político e econômico. O próprio Walter Lippman, importante referência em genealogias do neoliberalismo (cf., por exemplo, Dardot e Laval, 2013, cap.1), publicou em 1920 o estudo intitulado *A Test of News* na revista *New Republic*, referente à cobertura do jornal *The New York Time* sobre a Revolução Comunista de 1917. Em sua pesquisa, Lippmann mostrava, empiricamente, que as notícias publicadas pelo jornal referentes aos acontecimentos daquele período não eram baseadas em fatos. Segundo o autor, o jornal citou eventos e atrocidades que nunca ocorreram, e anunciou em mais de noventa notícias que o regime bolchevique estava prestes a colapsar. Assim, conclui Lippmann (2008), “as notícias sobre a Rússia eram um caso de ver não o que ocorria, mas o que os homens gostariam de ter visto” – resta saber quem seriam esses “homens”, e que recursos estavam

sendo mobilizados para converter seus desejos em realidade, além da produção fantasiosa de fatos.

Os frequentes e veementes protestos dos grandes meios de comunicação contra a produção e a circulação de fake news em plataformas e redes sociais são, em parte, uma reação à perda de seu monopólio no interior dos sistemas de informação e desinformação. Não obstante, seria equivocados concluir que nada há de novo sob o sol. Afinal, a nova indústria dos factoides fez das plataformas e das redes sociais seus principais habitats, catapultada, conforme mencionado, por robôs e por tecnologias de big data e de inteligência artificial que atuam tanto na circulação das informações, quanto na produção de mensagens e notícias. Junto com as redes sociais, essa indústria é composta por vasta estrutura de aplicativos, redes sociais, canais de Youtube e Tiktok, blogs e outros aparatos que transmitem torrentes de materiais de audiovisual, notícias, memes etc. em tempo integral. Parte dos meios de comunicação convencionais – emissoras de rádio e televisão, jornais, revistas etc. - também dá aí sua cota de participação, por vezes chancelando as informações que circulam por essa pletora de canais e dispositivos.

Ademais, nesse ambiente sem precedentes, no lugar das figuras tradicionais de autoridade são eleitos novos “especialistas”, “influencers”, “mitos”, pessoas que supostamente tiveram a coragem de tomar a “pílula da realidade”, que não se dobraram ao “sistema”, que não possuem “rabo preso”, e assim por diante. Nessa seara, diga-se de passagem, a agitação política extremista e as “guerras culturais” ganham frescor e ressonância (Rocha, 2023).

Essa teia de incontáveis fios dispersos pela vastidão da internet de modo algum significou a propalada democratização da comunicação e a produção de ágoras virtuais, de caráter emancipador, e tampouco colocou em xeque a tendência à centralização empresarial e a natureza monopolística dessa indústria, que encontrou no extrativismo de dados e na veiculação de marketing direcionado, entre outros, uma vastíssima fonte de receitas (Zuboff, 2020). Assim, perfazendo uma mediação cada vez mais forçosa entre os imensos aparatos de produção e a realização de mercadorias, no topo dessa vasta estrutura cada vez mais se encastelam as big techs, as grandes desenvolvedoras dessas tecnologias de comunicação e informação que figuram entre as

maiores empresas do mundo em termos de capitalização de mercado (Investopedia, 2024).

Nesse sentido, foi erguido um complexo aparato cibernético, que incide prioritariamente nas dimensões psíquicas inconscientes. Originado do grego κυβερνήτης, o próprio termo cibernética designa o condutor de uma embarcação e compartilha com a palavra governo (κυβέρνηση) a mesma raiz. Trata-se, efetivamente, de um arcabouço tecnológico votado a conduzir e governar seus alvos, e convém ter em mente que foi em estreita conjunção com a guerra e a indústria bélica que a cibernética se consolidou como campo de conhecimento e de inovação. Trata-se de um elogio da reificação, que se difundiu fortemente ao ser articulado – à revelia e por vezes contra as pretensões de seus formuladores - com as teorias desenvolvidas por figuras como Claude Shannon, Alan Turing, e John von Neumann, fundamentais para o desenvolvimento da informática. Na cosmovisão que daí emergiu, e que grassa nos meios militares e nos centros produtores de tecnologias computacionais, entre outros, o existente pode ser reduzido a conjuntos de bits, digitalmente computáveis. Nesse sentido, toma-se a inteligência e a comunicação humanas como processos meramente formais, abstratos, de formação, processamento e transmissão de “informação shannoniana”, nos termos de Miguel Nicolelis (2020), de cunho sintático, binário e digital. Ao contrário, argumenta o autor, a inteligência humana é baseada em um sistema autoadaptativo complexo, que opera de modo analógico e contínuo, transformando a própria estrutura e configuração do sistema nervoso a partir de informações de cunho “gödeliano”, que dizem respeito à “capacidade de conferir significado a eventos externos e objetos e expressar a semântica ou a ambiguidade nas mensagens que recebemos e transmitimos” (Nicolelis, 2020).

É forçoso reconhecer, nesse sentido, que no universo das novas mídias “o usuário humano não é o agente, mas o ambiente, para a agência de sistemas não humanos. É assim que se estruturam não apenas as arquiteturas cibernéticas das plataformas, mas a própria lógica econômica que orienta o mainstream da indústria tech” (Cesarino, 2022). Emerge assim uma “reciprocidade assimétrica e invertida entre usuários e algoritmos”: os primeiros “constituem o ambiente a partir do qual os algoritmos aperfeiçoam suas habilidades” (Cesarino, 2022). Os indivíduos atuam, assim, num campo rigorosamente heterodeterminado, e com isso retroalimentam um sistema em constante modificação, que evolve numa direção que aqueles desconhecem e não controlam. Não obstante, trata-

se de uma sujeição travestida de escolha e de iniciativa individual, que conta com o empenho de suas próprias vítimas. Afinal, “a partir do momento em que todos estão presos nessa rede, todos podem sentir-se livres dentro dela. Os padrões desaparecem. Faça você mesmo a sua indústria cultural de massas” (Bernardo, 2020).

Há de se recordar, a propósito, que “para demonstrar a divindade do real”, na formulação de Adorno e Horkheimer (2014, p.120), a indústria cultural se limita “a repeti-lo cinicamente”, em um discurso propriamente totalitário, na acepção de Marilena Chauí (2020, p.324).

Não se dispensa aqui, portanto, a repetição exaustiva de uma ideia ou slogan, visando a inculcação ou a persuasão, conforme a máxima nazista de que uma mentira mil vezes propalada se torna verdade. No entanto, como demonstrado por Guy Debord (2017, p.40), tal repetição não produz verdades, mas faz da “verdade um momento do que é falso”. Uma vez trucidada a verdade, cumpre propagar imagens e performances que produzam adesão de massa, sobretudo por meio da espetacularização e manipulação dos desejos e dos fantasmas paranoicos.

A alteridade entre a ficção e a desinformação

De modo a considerar alguns dos efeitos deletérios da indústria da desinformação em sua atual configuração, bem como sua recorrente instrumentalização para favorecer projetos políticos de cunho violento e autoritário, convém glosar a contraposição, proposta por José Miguel Wisnik (2018), entre a ficção e as fakes news. Afinal, como sustentara Bakhtin (1988), na ficção literária, por exemplo, a narrativa desempenha um papel crucial na constituição do eu em relação ao outro (Bakhtin, 1988), e assim os textos literários oferecem aos receptores a oportunidade de se situarem como parte do universo representado e de atuarem como participantes da produção de significados. Já no interior da indústria da desinformação as narrativas e informações fictícias atuam rigorosamente no sentido oposto: o de barrar o acesso ao outro, e de apresentar o outro como um invasor e um inimigo.

Convém recuar uns passos, para recordar que a constituição da subjetividade humana passa por uma complexa e radical experiência com o outro (Nodari, 2019); é experimentando a falta, a frustração, o desespero, assim como o cuidado, o olhar, a voz das figuras materna e paterna que a criança vai, progressivamente, constituindo sua

psique. Nessa relação entre o bebê e quem o cuida, percebe-se uma relação fundamental de transicionalidade por meio da qual a distinção entre interior e exterior, e entre eu e outro, dá-se de maneira extremamente complexa, reflexiva, dolorosa, que envolve um movimento que Alexandre Nodari designa obliquação “entre o sujeito e o objeto” (2019, p.9). O primeiro sujeito é o sujeito oblíquo, o sujeito tomado como objeto, o objeto tomado como sujeito: a primeira experiência da subjetividade, portanto, é a da obliquação, em que há uma espécie de troca ou sobreposição de posições entre o eu e o outro. O autor quer dizer com isso que antes de dizer eu, é primeiro preciso obliquar-se, é preciso ser ele (Nodari, 2019, p.9).

Esse movimento não se restringe apenas à constituição do eu; ao contrário, perfaz “uma estrutura ontológica que persiste por toda a vida, pela qual o sujeito (re)inventa a si mesmo e ao mundo e os objetos, suas posições e relações, a (re)constituição tanto da separação quanto da articulação entre dentro e fora” (Nodari, 2019, p.9).

Na literatura, o movimento de obliquação, que envolve uma espécie de duplicação, torna-se patente. Sem esquecer de sua posição subjetiva e de sua realidade imediata, o leitor aceita assumir o ponto de vista dos personagens, a partir do qual acessa a realidade objetiva e subjetiva que lhe é proposta. Ocorre uma “suspensão da referência”, que é, ao mesmo tempo, “suspensão da univocidade referencial e liberação da equivocidade constitutiva”; com o que “liberta-se, assim, a relação entre palavras e coisas, e a linguagem toda tende à deiticidade” (Nodari, 2019, p.7).

Além de ser decisiva para o processo de subjetivação, essa dimensão ficcional, de abertura para o Outro, também é decisiva para desenvolver as formas de percepção e apreensão do real, e mesmo de prescrutar e ampliar os limites do possível. Tome-se, à guisa de exemplo, o seminal artigo de Antônio Cândido, “O direito à literatura”, publicado em 1988, em que Cândido argumenta que o caráter “de coisa organizada da obra literária” nos traz elementos que nos permitem ordenar nossa própria mente e sentimentos; assim como nossa visão de mundo (Cândido, 2012, p.21).

Ora, o atual sistema de desinformação se afigura como a negação determinada da ficção artística. Enquanto esta última propõe abertura ao objeto e ao outro, propõe acolher a indeterminação, a contingência, a ambiguidade, e perscrutar as várias camadas da realidade com seus limites e potenciais, abrindo-se à multiplicidade

das formas de existência e ao devir, a indústria da desinformação busca reduzir a complexidade do real a padrões binários, sujeitos a cálculos probabilísticos e a toda sorte de manipulações. Tudo isso sob os imperativos do colonialismo e de darwinismo digitais, nas expressões de Giselle Beiguelman (2022). O primeiro diz respeito não apenas ao esquadrinhamento e monitoramento em tempo integral do cotidiano das pessoas com vista à extração de dados, que devem ser convertidos em vantagens econômicas e políticas, mas também à reprodução de critérios de opressão e dominação social nos processos de programação e de aprendizado de máquinas, embutindo nos aplicativos e dispositivos tecnológicos preceitos racistas, misóginos, supremacistas, entre outros, que são apresentados como neutros, objetivos e inquestionáveis (Ruha, 2019; Silva, 2024).

Já o darwinismo digital diz respeito a uma espécie de identificação entre a qualidade e a fidedignidade dos conteúdos e o seu sucesso em termos de visualizações, interações, citações, de modo que aquilo que circula mais é melhor, e é melhor porque circula mais. Daí, novamente, a tendência ao sensacionalismo e à estereotipia, que no ecossistema das plataformas e redes sociais se revertem em “monetização”.

Imbricada ao colonialismo e ao darwinismo digitais, pode-se identificar ainda a existência de uma tendência à simplificação e ao enrijecimento da linguagem. Decerto, os ambientes virtuais engendrados pelas atuais tecnologias de comunicação e informação constituem um terreno fértil para a produção de neologismos e para inovações linguísticas, o que inclui a articulação entre texto e elemento audiovisuais, como figuras, “memes” e “gifs”. Porém, o ritmo acelerado das interações, o bombardeio de informações, os textos reduzidos, as abreviações, os modismos tendem a reduzir os léxicos conhecidos e mobilizados pelos usuários, a corroborar a estereotipia, a eliminar as nuances, a polissemia e as ambiguidades dos discursos, que expressam a densidade, os conflitos e o caráter mutável da realidade social. Com isso, reforça-se a tendência a sancionar e valorizar determinados padrões de interação, de expressão e de mesmo de reflexão, enquanto se restringe outros. Logo, o discurso totalitário teorizado por Marilena Chauí, como se viu, renova-se e se fortalece, referendando a velha máxima segundo a qual “César também é o senhor da gramática”.

À medida que esse universo das plataformas e das redes sociais passa a mobilizar milhões ou bilhões de pessoas, torna-se impossível manter-se incólume a essa engenharia linguística, em que “por baixo de qualquer coisa, imagem ou texto, está uma

mão com o polegar virado para cima e outra com o polegar virado para baixo. Era o gesto dos imperadores romanos quando lhes perguntavam o destino do gladiador derrotado — deixa-se viver ou mata-se? Like ou dislike?” (Bernardo, 2020). Está sim em jogo aqui uma questão de vida ou morte, em que a primeira vítima é o “espírito crítico, que não pode ser contido na alternativa de gostar ou detestar. É igualmente a negação de qualquer possibilidade de análise, que não se compadece com a modalidade bipolar simpatia/antipatia” (Bernardo, 2020).

Considerações finais: psicologia e política de massas em tempos de redes sociais.

Em suma, pode-se concluir, junto com Wisnik (2018, p.138), que essa indústria da desinformação engendra uma ficção manipuladora na qual “o que está em jogo não é o reconhecimento nem o estranhamento da realidade dada, mas a guerra pela produção instantânea de realidades ad hoc, imaginárias, em que ele é xis, isto é, o alvo do que eu e minha facção pudermos construir e destruir com tiros de ficção (tiros de ficção mas não de festim: tiros de ficção visando efeitos de real)”.

Acirra-se uma tendência paranoica de projeção das mazelas, medos e desejos inconfessos no outro imaginado, a ponto de Wisnik (2018) enfatizar que a indústria das fake news se esmera na produção de subjetividades sitiadas, e em conclamar as fantasias e os fantasmas paranoicos que as assombram no sentido de produzir uma espécie de hipnose de massas, que se erguem contra o Grande Fantasma - o vagabundo, o criminoso, o depravado, o imigrante, o comunista, e assim por diante.

Esses são alguns motivos que levam Letícia Cesarino (2022) a concluir que as novas mídias são aceleradores de mudanças estruturais (ou catalizadores do que designa “antiestruturas”), que questionam arcabouços normativos, posições sociais e instituições, tais como as corporações midiáticas e as estruturas representativas tradicionais, a autoridade de juízes, acadêmicos, especialistas etc. Logo, diante do abalo das convenções, emerge à tendência de se buscar uma “nova ordem metacomunicativa pela qual se orientar”, o que engendra “comportamentos instáveis e oscilatórios” – mas não aleatórios. Os indivíduos se tornam assim particularmente suscetíveis a abraçar teorias da conspiração ou a abraçar uma liderança carismática. Não obstante, convém acrescentar que a lógica e a estrutura do dito sistema em grande medida permanecem incólumes; o problema é quem ocupa as posições de poder – e quem fica dele excluído -

, de modo que está em jogo, em geral, um processo de renovações de elites, e não de transformação social substantiva.

Pode parecer inusitado, mas convém remeter aqui que os nazistas teriam sido pioneiros na mobilização do rádio, dos alto-falantes, do telex e do telefone para submeter um país ao jugo da liderança fascista.

Apesar das profundas diferenças entre os contextos históricos, essa experiência extrema pode ser tomada como alerta para os riscos de uma adoção acrítica e de um uso passivo das atuais tecnologias de comunicação e informação. Do ponto de vista técnico, os dispositivos utilizados por regimes fascistas para a organização de massas, a difusão ideológica, a vigilância, a repressão e o controle social mostram-se bastante elementares quando comparados às sofisticadas infraestruturas desenvolvidas pelas big techs, estreitamente articuladas ao complexo industrial-militar dos países capitalistas centrais.

Impulsionada pelas grandes corporações, profundamente articuladas com estruturas estatais, as tecnologias contemporâneas tendem a reforçar a centralização do poder político e econômico, intensificar mecanismos de vigilância e controle dos indivíduos — tanto na condição de trabalhadores quanto de consumidores — e contribuir para processos de atomização e reificação social. Nesse contexto, uma das principais tarefas políticas do presente consiste justamente em mudar a forma como essas tecnologias são utilizadas e compreendidas, de modo a evitar que continuem sendo dominadas por interesses políticos extremistas e autoritários. Além disso, envolve reduzir o controle concentrado que grandes empresas de tecnologia exercem sobre esses sistemas, promovendo maior diversidade de gestão e uso dessas plataformas.

Referências

ADORNO, T. **Sobre sujeito e objeto**. In: Palavras e Sinais. Modelos críticos 2. Petrópolis: Vozes, 1995.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento** [recurso eletrônico]. São Paulo: Zahar, 2014.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BECKER, I. S.; NIX, N. **Fake images of Trump arrest show ‘giant step’ for AI’s disruptive power**. The Washington Post, 2023. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2023/03/22/trump-arrest-deepfakes/>.

BEIGUELMAN, G. **Políticas da imagem: vigilância e resistências na dadosfera**. São Paulo: UBU, 2022.

BERNARDO, J. **Três percursos no labirinto. Parte 2**. Passa Palavra, 2023. Disponível em: <https://passapalavra.info/2023/03/147230/>.

BERNARDO, J. **Arte e Espelho**. Passa Palavra, 2021. Disponível em: <https://archive.org/details/arte-e-espelho/page/15/mode/2up>.

BERNARDO, J. **A barbárie**. Passa Palavra, 2020b. Disponível: <https://passapalavra.info/2020/07/132883/>.

BERNARDO, J. **A complexa arquitectura da futilidade**. Im: TAVARES, R.H.; GOMES, S.S (orgs.). **Sociedade, educação e redes: desafios à formação crítica**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014. pp. 57-77.

CÂNDIDO, A. **O direito à literatura**. In: Lima, A. et.al (orgs).. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CESARINO, L. **O mundo do avesso – verdade e política na era digital** [Recurso Digital]. São Paulo: UBU, 2022.

CHAUÍ, M. **O totalitarismo neoliberal**. Anacronismo e Irrupción, v.10, n.18, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2013.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

FERRARI, I. W; GRISOTTI, M.; AMORIM, L.C.; RODRIGUES, L.Z.; RIBAS, M. T.; SILVA, C.U. **“Tratamento precoce”, vacinação e negacionismo: quem são os Médicos pela Vida no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil?**. Ciência & Saúde Coletiva, n.27, v.11, 2022.

INVESTOPEDIA. **Biggest Companies in the World by Market Cap**. Disponível em: <https://www.investopedia.com/biggest-companies-in-the-world-by-market-cap-5212784.#>

LIPPMANN. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro I, Tomo II**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NICOLELIS, M. **O verdadeiro criador de tudo: como o cérebro humano esculpiu universo como nós o conhecemos.** [Recurso digital] São Paulo: Planeta, 2020.

NODARI, A. **Alterocupar-se: obliquação e transicionalidade na experiência literária.** Estudos Literários Brasileiros Contemporâneos, n. 57, 2019.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição.** São Paulo: Ubu Editora, 2022.

RAMONET, I. **La era del conspiracionismo.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2022.

RUHA, B. **Race After Technology: Abolition Tools for a New Jim Code** [Recurso digital]. Cambridge: Polity, 2019.

ROCHA, J. C. C. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico** [Recurso digital]. São Paulo: Autêntica, 2023.

SCHMITT, C. **O conceito do político.** Lisboa (Portugal): Edições 70, 2016.

SILVA, T. **Racismo algorítmico: Inteligência artificial e discriminação das redes digitais** [Recurso digital]. São Paulo: Edições Sesc, 2024.

WISNIK, J.M. **Ficção ou não** [Conferência]. *Revista Reversa*, n.3, 2018.

ZUBOFF, S. **Um capitalismo de vigilância.** Le Monde Diplomatique Brasil, 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/um-capitalismo-de-vigilancia/>.